

BID mais ousado

Onovo modelo organizacional do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e seu impacto no desenvolvimento regional já a partir deste ano de 2008 é talvez a mais importante decisão anunciada na 49ª Reunião Anual de Governadores do BID, realizada em Miami, Flórida, de 4 a 8 de Abril de 2008. Esse novo modelo havia sido debatido durante a 47ª Reunião realizada em Belo Horizonte, da qual participamos, foi aprovado pela diretoria executiva em Dezembro/2006 e começou a ser implementado a partir de Julho/2007.

A nova estrutura organizacional permitirá ao Banco responder melhor às novas demandas dos países na América Latina e Caribe em benefício do progresso econômico e social da região. Tem três funções básicas: institucional central, de serviços aos países e de serviços de apoio institucional visando o fortalecimento de capacidade estratégica, aprofundamento de liderança, aumento da flexibilidade, transparência na tomada de decisões, e melhoria da eficiência das funções de supervisão e controle.

A realização desses objetivos será uma tarefa para todo o pessoal do Banco, liderado por uma equipe executiva comandada por seu presidente, pelo vice-presidente executivo e pelos quatro vice-presidentes: de Países, de Setores e Conhecimento, do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana e de Finanças e Administração.

O que vem ao encontro da solicitação feita pelos ministros de Economia da América Latina, para que o BID, que completará 50 anos em 2009, se transforme numa entidade mais adequada às mudanças. Na reunião de Miami, a instituição analisou os efeitos das turbulências financeiras por causa da crise iniciada no setor de créditos hipotecários nos EUA, que deverá apontar novas bases para mudanças estruturais em sua próxima assembleia, marcada para Medellín, na Colômbia. Brasil e México, duas das sete maiores economias da região, expressaram a necessidade do BID reformar o marco de financiamento e as modalidades de crédito para respaldar os países, caso o acesso aos mercados de capital “se torne desfavorável”.

O ministro do Planejamento do Brasil, Paulo Bernardo, advertiu que a procura por financiamento do BID supera seu limite



anual de empréstimos.

Recursos e projetos - Segundo o relatório anual divulgado na assembleia, o BID atingiu um recorde em seu programa de empréstimos ao aprovar US\$ 9,6 bilhões, em 2007. Desse valor, US\$ 5,7 bilhões foram destinados a projetos de infra-estrutura e competitividade em áreas como transporte, energia e portos em zonas de intensa atividade exportadora. Os projetos voltados ao combate à pobreza superaram os US\$ 2,7 bilhões, 30% do volume total de empréstimos.

O maior custo dos projetos do BID com o grupo dos 27 países da América Latina e Caribe, em 2007, foi com o Brasil; somou US\$ 5,18 bilhões; e os empréstimos e garantias aprovados somaram US\$ 1,66 bilhão e os desembolsos, US\$ 1,63 bilhão. O segundo país da lista foi o Peru, com um total de US\$ 4,59 bilhões de custos com projetos no ano passado. Em seguida vieram Argentina (US\$ 3,06 bilhões), Colômbia (US\$ 1,25 bilhão) e México (US\$ 750 milhões), sendo que o total da região foi de US\$ 18,3 bilhões.

Além disso, o BID aprovou em 2007 o cancelamento total da dívida para os saldos de empréstimos pendentes até final de 2004 para Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua – um total de US\$ 3,4 bilhões em pagamentos do principal e US\$ 1 bilhão em juros futuros. A anulação da dívida ajudará os países a dedicar mais recursos a programas prioritários de redução da pobreza.

Peso dos votos - Atualmente, o Banco pertence aos seus 47 países-membros, dos quais 26 são membros mutuários na Amé-

rica Latina e no Caribe. O BID foi fundado em 1959, como uma associação de 19 países latino-americanos e os EUA. Nas décadas seguintes, o Banco aumentou o número de países-membros, incluindo Suriname e Canadá, e países membros não-regionais - 16 países europeus, além de Israel, Japão e a República da Coreia - ingressaram no Banco entre 1976 e 2005.

Os países estão representados por 13 diretores executivos eleitos por grupos de países, conforme os percentuais de votos. Por exemplo: os EUA têm 30,0 votos; Argentina 11,21; Brasil 10,84 votos; México 7,49; Venezuela 6,19; Japão (representa 6 países) 6,10; Alemanha (6 países) 5,09; Espanha (7 países) 4,78; Peru/Chile, 4,39; Canadá 4,0; Colômbia/Equador 3,53; Uruguai 2,45; El Salvador (6 países) 2,42.

No evento, em meio a especulações sobre mudanças no regime cambial brasileiro e na meta de superávit primário, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, disse que para que um Banco Central seja bem-sucedido não pode ter preocupações de ordem política. “Por dever de ofício, os políticos olham o passado e qualquer Banco Central tem que olhar o futuro”, afirmou.

Luis Alberto Moreno, presidente do BID, assegurou que “apesar da instabilidade recente dos mercados financeiros internacionais e da desaceleração prevista da economia americana, as perspectivas para a América Latina e o Caribe são melhores do que foram em décadas”.

Em torno de 5.000 pessoas participaram nos eventos organizados com motivo da reunião anual, que puderam assistir a mais de 12 seminários sobre temas de interesse para a região, como desempenho macroeconômico, a expansão das micro-finanças, o impulso à tecnologia e a banca móvel, os desafios da mudança climática e a gestão de risco de desastres naturais.

■ **Ney Castro Alves**, Advogado, é presidente da Theca CCTVM, presidente da Adeval e da Fenadistri, membro dos Conselhos Administrativos da CNF e da Ancor, membro do Conselho Consultivo da BM&F e membro suplente do CRSFN – Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional neyalves@theca.com.br